

Apresentação

A presente edição da Revista do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios foi elaborada visando a prosseguir com o objetivo do periódico, que é a publicação de artigos jurídicos ou matérias correlatas que tenham como finalidade incrementar os estudos de temas relevantes para a área de atuação do Ministério Público.

Nesta edição foram discutidos assuntos significativos para a instituição ministerial, como a importância e a necessidade de manutenção das garantias que lhe foram concedidas pela Constituição de 1988 para o exercício de seu múnus de guardião da ordem jurídica, do regime democrático e dos direitos fundamentais estabelecidos (*O Ministério Público como cláusula pétrea à luz da proposta de emenda constitucional 75 de 2011 – Raquel Ediane Rodrigues*).

Em outro texto, foi demonstrado como as ações coletivas podem ser utilizadas como forma de implementar a proteção dos interesses sociais e garantir o direito de acesso à justiça aos cidadãos (*O papel democrático do Ministério Público no processo coletivo: o Ministério Público como garantia institucional do cidadão na democratização do acesso à justiça – Cláudio João Medeiros Miyagawa Freire*).

Há também um trabalho examinando matéria referente à proibição fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de realização do exame supletivo por alunos que não concluíram o terceiro ano do Ensino Médio e que ainda não completaram dezoito anos, mas que foram aprovados nos exames vestibulares das universidades públicas e particulares do Distrito Federal,

assunto que tem gerado discussões no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios diante do grande volume de ações intentadas por estudantes que objetivam o acesso ao ensino superior (*A inadequação do Exame Supletivo em face da inobservância da lei* – Ludimila Tavares de Castro Brandão).

Abordando tema relativo à proteção dos direitos humanos é apresentado interessante estudo sobre o choque entre as ideias de secularismo e liberdade religiosa na sociedade francesa, no qual se discutem os desafios de ordem cultural na integração da comunidade muçulmana, considerada a mais expressiva minoria religiosa no país (*Secularismo e diversidade; o véu islâmico na França* – Mônica Aparecida Silva).

Sob o prisma administrativo, foi exposto ensaio sobre o planejamento desenvolvido no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios que buscou utilizar estratégias e ações equilibradas e balanceadas, visando a assegurar-lhe o cumprimento de suas metas constitucionais (*Modelagem de processo no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios: atingindo os objetivos do Planejamento Estratégico* – Andreza Soares Moreira Bandeira).

Já adentrando o campo do Direito Civil e do Direito Processual Civil, é ventilada questão referente à inovação trazida pela Lei nº 11.280, de 16 de fevereiro de 2006, que revogou o art. 194 do Código Civil, que dispunha ser defeso ao juiz reconhecer de ofício a prescrição, abrindo-se a possibilidade do julgador suprir a ausência de arguição da prescrição feita pela parte interessada (*A prescrição no Direito Civil após a Lei nº 11.280/06* – Fábio Macedo Nascimento).

Em matéria de Direito Penal sob o aspecto sociológico, é trazida à baila a prática do abuso sexual contra adolescentes dentro do seu próprio ambiente familiar, demonstrando-se que, excetuados os casos de agressões físicas provocadoras de graves lesões, a percepção da violência está vinculada aos valores morais enraizados na cultura e nas relações de poder entre os gêneros (*A construção discursiva da violência sexual contra adolescentes nas esferas jurídicas: valores morais e significados negociados sobre gênero e violência* – Izis Morais Lopes dos Reis).

As situações de violência entre os gêneros são também focadas sob os aspectos sociocultural e psicológico: demonstra-se que a vítima de situações de violência repetida pode desenvolver neurose traumática, e que a culpa e a vergonha que passa a experienciar contribuem para a manutenção das situações de abuso sofridas (*Quem gosta de apanhar? Uma perspectiva psicanalítica em que da violência de gênero* – Adriana Chies).

O último ensaio examina o fato que ocorre na atualidade de edição de novas e variadas leis penais de pouca efetividade, mas que possuem importantes funções político-ideológicas, tendo tais normas um caráter simbólico de acalantar a opinião pública e reafirmar os valores da população que se acha amedrontada com as notícias do aumento da violência nas cidades (*A legislação simbólica e expansão do Direito Penal: do caráter simbólico das novas leis penais* – Josiane Corrêa Pires).

O Conselho Editorial espera que os trabalhos apresentados sejam bastante úteis aos operadores do direito e que contribuam com o desenvolvimento da ciência jurídica aqui tratados em seu caráter interdisciplinar.

A realização desta obra deve-se ao trabalho de todos que participam das diversas fases do processo de edição, sejam os autores, os conselheiros que analisam os textos e todos os servidores que voluntariamente contribuem para o seu aprimoramento até que chegue ao resultado final.

Maria Anaídes do Vale Siqueira Soub

Coordenadora do Conselho Editorial